Por Fernanda Valente (*)

Seis anos depois da publicação da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), 8 estados e 17 capitais brasileiras ainda não têm regulamentação sobre o assunto. De acordo com levantamento feito pela consultoria Patri Políticas Públicas, ainda há muito trabalho a ser feito pelo Poder Legislativo para que empresas e Estado tenham clareza sobre os caminhos de como se relacionar.

O Tribunal de Contas da União identificou que há hoje, em todo o país, mais de 14 mil obras públicas paralisadas. A maioria das paralisações está no Rio de Janeiro: 1.300. A saída para o impasse, em boa parte delas, depende de acordos de leniência –que podem, inclusive, reativar obras.

A importância da questão é tamanha, que, no dia 2 de setembro, na Escola da Magistratura do Rio (Emerj), os principais protagonistas desse cenário vão se reunir para tratar do novo relacionamento entre os setores público e privado.

O seminário intitulado "O papel do Judiciário na retomada do desenvolvimento do Rio de Janeiro", que contará com representantes do Judiciário, do Executivo e do setor privado, tem inscrições gratuitas.

Clique aqui para fazer sua inscrição.

Veja os estados e os municípios que têm regras definidas:

Estado	Norma	Assunto
Alagoas	Decreto 48.326/16	Lei Anticorrupção
Amazonas	Lei 4.730/18	Institui a exigênca do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado.
Bahia	PL 22.614/17	Institui a exigênca do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado.
Ceará	Lei 16.192/16	Cria o Programa Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo
Distrito Federal	Decreto 37.296/16	Lei Anticorrupção
Distrito Federal	Lei 6.112/18	Obriga a implementação do Programa de Integridade em todas as empresas que contratem com a Administração Pública do Distrito Federal
Espírito Santo	Decreto 3.956-R/16	Lei Anticorrupção
Espírito Santo	Lei 10.793/17	Determina que as empresas que firmarem contrato com a Administração Pública Estadual deverão seguir o novo Código de Conduta e Integridade a ser observado pelos fornecedores de bens e serviços.
Goiás	Lei 18.672/14	Lei Anticorrupção
Goiás	PL 52/18	Cria Programa de Integridade a

Estado	Norma	Assunto
		ser aplicado nas Empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado de Goiás
Goiás	PL 51/18	Determina que os órgãos da administração pública estadual criarão Programas de Compliance Público.
Maranhão	Decreto 31.251/15	Lei Anticorrupção
Minas Gerais	Decreto 46.782/15	Lei Anticorrupção
Mato Grosso do Sul	Decreto 14.890/17	Lei Anticorrupção
Mato Grosso	Decreto 522/16	Lei Anticorrupção
Mato Grosso	Portaria 08/16	Fixa critérios técnicos para a avaliação de existência, aplicação e efetividade de programas de integridade de pessoas jurídicas.
Pará	Decreto 2.289/18	Lei Anticorrupção
Paraíba	Decreto 38.308/18	Lei Anticorrupção
Pernambuco	Lei 16.309/18	Lei Anticorrupção
Pernambuco	Decreto 46.967/18	Define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa da Lei Estadual Anticorrupção
Paraná	Decreto 10.271/14	Lei Anticorrupção
Rio de Janeiro	Lei 7.753/17	Exige a implantação de Programa de Integridade às empresas que celebrarem contrato ou convênio com a administração pública
Rio de Janeiro	Decreto 46.366/18	Lei Anticorrupção
Rio Grande do Norte	Decreto 25.177/15	Lei Anticorrupção
Rio Grande do Sul	Lei 15.228/18	Lei Anticorrupção e Programa de Integridade em contratos com Administração Pública
Santa Catarina	Decreto 1.106/17	Lei Anticorrupção
São Paulo	Decreto 60.106/14	Lei Anticorrupção
Tocantins	Decreto 4.954/13	Lei Anticorrupção
Tocantins	PL 8/18	Exige programa de integridade para empresas que contratem com a administração pública do Estado.

Estado	Município	Norma	Assunto
AC	Rio Branco	Decreto 948/14	Lei Anticorrupção
BA	Salvador	PL 453/15	Lei Anticorrupção
CE	Fortaleza	PL 109/18	Lei Anticorrupção
ES	Cariacica	Decreto 197/14	Lei Anticorrupção
ES	Vitória	Decreto 16.522/15	Lei Anticorrupção
GO	Goiânia	Lei 9.796/16	Lei Anticorrupção
GO	Goiânia	Decreto 985/15	Regulamenta no âmbito do Poder Executivo da cidade a Lei Federal no 12.846/13

Estado	Município	Norma	Assunto
GO	Goiânia	Decreto 986/15	Dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção
GO	Goiânia	PL 236/18	Obriga implantação do plano de integridade nas empresas que contratarem com o município de Goiânia.
MG	Belo Horizonte	Decreto 16.954/18	Lei Anticorrupção
MS	Campo Grande	Decreto 13.159/17	Torna obrigatória a inclusão, nos contratos administrativos, de cláusula anticorrupção, nos termos da Lei n. 12.846/13
MT	Tangará da Serra	Decreto 73/15	Lei Anticorrupção
PE	Recife	PL 8/17	A matéria estabelece que a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
RJ	Cidade/RJ	Decreto RIO 45.385/18	Institui o Sistema de Integridade Pública Responsável e Transparente (Integridade Carioca) e o Sistema de Compliance da Prefeitura do Rio de Janeiro (Compliance Carioca).
RJ	Macaé	Decreto 207/15	Lei Anticorrupção
RO	Alto Paraíso	Decreto 2.021/17	Lei Anticorrupção
RS	Alegrete	Decreto 470/16	Lei Anticorrupção
RS	Bento Gonçalves	Decreto 9412/2017	Lei Anticorrupção
RS	Camaquã	Decreto 18.851/15	Lei Anticorrupção
RS	Canoas	Lei 5.893/14	Lei Anticorrupção
RS	Dois Irmãos	Decreto 3075/16	Lei Anticorrupção
RS	Maurício Cardoso	Decreto 2673/17	Lei Anticorrupção
RS	Formigueiro	Decreto 4291/16	Lei Anticorrupção
RS	Fagundes Varela	Decreto 1861/15	Lei Anticorrupção
RS	Manuel Viana	Decreto 23/17	Lei Anticorrupção
RS	Quinze de Novembro	Decreto 2.482/15	Lei Anticorrupção
RS	Santo Antônio da Patrulha	Decreto 883/16	Lei Anticorrupção
RS	Santo Cristo	Lei 3.871/17	Lei Anticorrupção
RS	Selbach	Lei 3274/17	Lei Anticorrupção
RS	Taquara	Lei 5879/16	Lei Anticorrupção
RS	Tenente Portela	Decreto 126/17	Lei Anticorrupção

Estado	Município	Norma	Assunto
RS	Vale Real	Decreto 22/17	Lei Anticorrupção
SC	Balneário Camboriú	Decreto 8.563/17	Lei Anticorrupção
SC	Itajaí	Decreto 10.969/17	Lei Anticorrupção
SC	Blumenau	Lei 8.497/47	Lei Anticorrupção
SP	Cidade/SP	Decreto 55.107/14	Lei Anticorrupção
SP	Cubatão	Decreto 10.168/14	Lei Anticorrupção
SP	Santos	Decreto 7.177/15	Lei Anticorrupção
SP	Sorocaba	Decreto 21.566/14	Lei Anticorrupção

(*) **Fernanda Valente** é repórter da revista Consultor Jurídico.

Fonte: Consultor Jurídico, em 29.08.2019